

SOCIEDADE

Reconhece director provincial

Corte no Orçamento causa dificuldades na Educação em Gaza

A restrição orçamental está a reflectir-se na falta de capacidade para a contratação de professores, apetrechamento de salas de aula, capacitação institucional, entre outros programas

André Manhice
amanhice@hotmail.com

O sector da educação está a enfrentar dificuldades em Gaza, por causa do corte no seu Orçamento. É que tal como os outros sectores e províncias, o Governo fez um corte drástico no Orçamento para o funcionamento do sector da educação na província de Gaza. Mesmo sem avançar números, o director provincial de Educação admitiu que o défice causado pelo corte orçamental já está a ter um impacto negativo no sector, que resultou na compactação do seu programa anual. "A restrição no Orçamento tem impacto sim. Tivemos de compactar o nosso programa para este ano, diminuindo alguns projectos que tínhamos em manga. Um deles é a frequência na fiscalização das actividades das escolas e das próprias áreas", explicou João Trabuk, director provincial de Educação em Gaza. Trabuk avança ainda que o corte orçamental está a ter



A formação de estudantes está refém do corte orçamental

reflexo na falta de capacidade para contratação de professores, apetrechamento de salas de aula, capacitação institucional, entre outros programas. "Quanto à contratação de professores, reduzimos de 750 para 500 contratados, anualmente, e o que estamos a fazer é começarmos a gerir o efectivo que temos para distribuí-los pelas escolas", acrescentou. A província de

Gaza necessita, anualmente, de contratar 1 500 professores para minimizar a falta de docentes por toda a província e em todos os níveis de ensino. Neste momento, a província conta com cerca de 572 mil estudantes, 8 557 professores distribuídos pelas 11 087 escolas. Para o normal funcionamento da educação, Gaza precisa de 3 072 novas salas de aula para cobrir, sobretudo,

a falta de escolas nas zonas rurais. Como forma de reduzir o défice de salas de aula, este ponto do país vai contar com mais duas escolas secundárias no próximo ano. Trata-se da Escola Secundária de Mandlakaze e de Chissano, na província de Gaza, ambas construídas a nível central e financiadas pelo governo japonês, em 3 milhões de dólares americanos, comparticipados pelo governo moçambicano com 17% deste valor.

Com efeito, uma equipa do Ministério da Educação deslocou-se àquela província para fiscalizar a execução das obras, de modo a garantir a qualidade e evitar o incumprimento dos prazos de entrega. As mesmas vão minimizar a escassez de vagas para a 8ª e 12ª classes, que acabava afectando mais de 250 mil estudantes.

DIRECÇÃO ACUSADA DE DESMANDOS NO IAC

Enquanto isso, os alunos do Instituto Agrário de Chókwê (IAC) acusam a direcção da es-

cola de protagonizar desmandos e de obrigar os alunos a irem à rega e a outras actividades práticas durante a noite.

De acordo com os alunos, o rosto dos desmandos é o chefe do Internato do Instituto Agrário de Chókwê, conhecido por Macamo, e alguns professores de aulas práticas no curso médio agrícola. "Aqui as coisas estão mal, o chefe do internato e os professores de práticas obrigam-nos a ir regar à noite, às vezes das 0h00 às 05h00 da manhã, enquanto temos aulas às 07h00. Eles estão a violar o regulamento da escola que diz que as aulas práticas são das 06h00 às 10h00. Isto, para mim, é escravidão", denunciou um estudante do IAC.

Os estudantes não falam em público sobre o assunto por temer represálias e expulsão do instituto. A direcção do Instituto diz que as acusações dos estudantes não constituem verdade, sobretudo porque alguns deles é que pediram para trabalhar de noite. ■

NA PROVÍNCIA DE SOFALA

Fiscais do PNG acusados de desmandos no seio das comunidade

Francisco Raiva

Fiscais do Parque Nacional de Gorongosa (PNG), na província central de Sofala, são acusados de desmandos no seio das comunidades ai residentes. Os referidos desmandos vão desde a violação de domicílio, onde vasculham os bens pessoais, à revista de alimentos confeccionados, alegadamente a procura de carne de animais abatidos furtivamente ou peixe que tenha sido pescado ilegalmente no interior do parque. As comunidades denunciaram ainda que os fiscais em causa "abusam as mulheres, revistando-as pessoalmente e apal-

pando até às partes mais íntimas, igualmente a procura da suposta carne de animais que tenham sido abatidos no parque. Achamos que isto ultrapassa de longe as actividades de um fiscal", disse Rodrigues Lourenço, um líder comunitário da região de Coba, do regulado Zwalamanbo. As denúncias foram apresentadas pela comunidade ali residente ao governador de Sofala, Carvalho Muária, no início desta semana, durante um comício popular por ele orientado, em visita de trabalho ao distrito de Gorongosa. "Nos vivemos no interior do PNG há mais de 30 anos. Aliás, os nossos antepassados nasceram

e morreram nesta região e em nenhum momento foram humilhados pelos fiscais que outrora trabalharam para este parque. Se se trata de uma nova forma de operar, por favor poupem as nossas mulheres e filhas", rogou Ndaluza André, residente no parque. "Esta histórica estância turística é uma grande fonte de receita para os moçambicanos, portanto temos plena consciência do que podemos ou não abater para a nossa sobrevivência. Agora, tratar-nos como se fôssemos caçadores furtivos, isso não". Reagindo a estas denúncias, o governador de Sofala mostrou-se agastado com os supostos desman-

dos dos fiscais do PNG e saudou as denúncias populares. "O PNG não pertence aos fiscais, mas sim aos moçambicanos. O parque representa, para nós, uma grande fonte de riqueza, mas tal facto não dá liberdade aos fiscais para agirem ao seu belo prazer, maltratando as comunidades residentes no interior do mesmo. Acções vão ser tomadas urgentemente para pôr fim a estes desmandos. Apelo à continuidade das denúncias de actos anormais e nocivos a uma convivência salutar nesta estância turística e, sobretudo, à observância de comportamentos que permitam a conservação do meio ambiente".

O administrador do PNG, Mateus Mutemba, disse que também ficou surpreendido com as denúncias populares porque, segundo disse, em nenhum momento recebeu queixas dos mesmos e nunca receberam uma informação em torno deste caso. "É, sem dúvida, uma reclamação justa destas comunidades se de facto os actos descritos na reunião traduzem a realidade. Vamos, imediatamente, investigar estas alegações, com vista a apurar-mos a sua veracidade e, de seguida, acionaremos os mecanismos para pôr fim aos mesmos. Em nenhum momento orientamos os fiscais a trabalhar de tal maneira". ■